

## Prefácio

---

**E**ste é um livro em que homenageamos os 70 anos de Bresser-Pereira. É uma análise de sua obra realizada por numerosos amigos e colegas, nossos e principalmente de Bresser, que convidamos para serem co-autores do livro. É difícil falar sobre um amigo muito próximo e, se já é difícil um depoimento de um mestre sobre um de seus discípulos, é muito mais difícil ainda, para discípulos, falar de seu mestre. Assim, sentimos muita dificuldade em falar sobre Bresser-Pereira. Há entre nós um enovelado de papéis, de aprendizados, de compromissos afetivos. Não só de um mestre, mas também de um irmão mais velho e, em algumas ocasiões, também a de um pai. Bresser é inquestionavelmente um semeador de uma atividade crítica e produtiva de um ambicioso projeto de investigação que se irradiou da FGV/Eaesp em São Paulo para o Brasil, com desdobramentos na América Latina e, já agora, em outras partes do mundo.

Conhecemos Bresser-Pereira há muito tempo. São décadas de convivência e aprendizado. Sempre nos chama a atenção o seu entusiasmo. Ele é dessas pessoas dinâmicas e alegres, que não temem o cansaço nem rejeitam

as tarefas. É insita em Bresser uma disposição generosa para atuar e aceitar atividades de cunho cultural, social ou político. Está sempre imbuído do senso dos deveres que cabem aos homens de bem. Outra característica é seu inconformismo, relutância em aceitar situações injustas, coragem para assumir atitudes condizentes com as suas idéias; para isso, Bresser não transige e é capaz de agitar o seu meio, às vezes o seu país, exercendo sempre sua capacidade de liderança inata, onde quer que atue. Quando surge um assunto em que a princípio é menos versado, ele mergulha apaixonado no seu entendimento. Não simplesmente por querer saber mais do que os outros, e sim por saber indagar melhor, amar com mais força o entendimento e a resolução de problemas. Bresser é homem de pensamento e homem de ação, algo que os numerosos artigos deste livro de justa homenagem só corroboram. Seu brilho ilumina os amigos, sua amabilidade quase despótica reverte no prazer de trabalhar com ele, na alegria de desfrutar do seu convívio. Bresser é de uma capacidade humana de entusiasmo e energia que se sente na hora. A paixão pela arte criadora é uma espécie de núcleo de “razão” essencial das atuações de Bresser-Pereira; “razão” que comanda os diversos modos da sua atividade como economista, como sociólogo, como executivo, como cientista e filósofo político. Queremos dizer, com certo orgulho de sermos seus amigos e a isenção de sermos de outras gerações, que Bresser é típico do que se costuma chamar “intelectual público”, isto é, aquele animado pelo espírito de solidariedade que faz o exercício da inteligência desaguar nas atividades de corte público. Nossa vida, tão arriscada de viver, sempre ameaçada do fim, pode acabar no meio ou ainda no começo. É muito confortante ver alguém chegar aos 70 anos de existência pleno de vigor intelectual e fino de sensibilidade. Tal conforto é puro regozijo para seus amigos, colegas, discípulos. Todos nós, mais os seus inúmeros admiradores e leitores congregados nessa ocasião festiva, celebramos essa singular figura de nossa inteligência pátria. Que Bresser prossiga sendo esse polímata, lúcido e são, com tudo o que significa de coerência, caráter e nacionalismo.

A obra de Bresser-Pereira é vasta. Cobre os campos da economia, da sociologia e da teoria política, embora – como ele próprio assinala no ensaio que escreveu, a nosso pedido, sobre seu trabalho acadêmico – encerre

uma unidade em torno da idéia do desenvolvimento econômico, social e político. Seu método é sempre histórico, ou, como ele próprio define, é o “método do fato histórico novo”. A partir dessa perspectiva, ele, na área da economia, elaborou um modelo extremamente geral de crescimento e distribuição, mas definiu historicamente o desenvolvimento como revolução capitalista e nacional, e analisou o subdesenvolvimento industrializado brasileiro como resultante de um “desenvolvimento nacional-dependente”. E sempre salientou que o desenvolvimento só ganha real sustentação quando é fruto de uma estratégia nacional. Ofereceu ainda uma contribuição importante na área da inflação inercial e, no momento, está dedicado à crítica do crescimento com poupança externa. Na área da sociologia, estudou em termos universais a emergência da classe média profissional, e examinou as transformações na estrutura de classes brasileiras a partir da industrialização. No campo da política, desenvolveu uma análise muito geral do “sistema global” e do surgimento da democracia apenas no século XX, e fez contribuições para a teoria da cidadania e da reforma do Estado, ao mesmo tempo que aplicava essas idéias para entender a política brasileira e sua inserção no mundo atual.

O livro está estruturado de forma a retratar essa obra ampla, mas dotada de forte unidade. Na primeira parte, é apresentada a visão geral e o método de Bresser-Pereira. Na segunda parte, são analisadas suas principais contribuições em teoria econômica e análise da economia brasileira. Na terceira, discutem-se suas teorias sociológicas, principalmente a teoria da tecnoburocracia, e sua análise da sociedade brasileira. Na quarta parte, temos a teoria política de Bresser. Na quinta parte, reunimos alguns depoimentos sobre a pessoa de Bresser. O livro é finalizado com uma autobiografia intelectual, escrita por Bresser a nosso pedido e especialmente para este livro.

José Marcio Rego abre o livro, analisando não só as fundamentais contribuições de Bresser para a teoria da dependência e da inflação inercial, mas dando uma amostra de como foram “consumidas” por alguns importantes economistas essas teorias. Bresser-Pereira, entre inúmeros outros importantes economistas, esteve envolvido nas quase quatro décadas de produção teórica de três gerações de cientistas sociais brasileiros. Eles

atuaram num período de grande fertilidade para as ciências sociais no Brasil. De fato, as décadas de 1950 a 1980 foram de grande efervescência para o pensamento social em geral. Nesses “anos dourados” da produção teórica brasileira, emergiu uma característica que, em grande medida, iria explicar a capacidade criativa de nossas ciências sociais. Era um inconformismo que impelia uma primeira geração de economistas brasileiros e seus colegas latino-americanos a recusar as teorias graciosamente oferecidas pelo *mainstream* dos países avançados, que vinham prontas para o “consumo” dos intelectuais da periferia. Surgia um pensamento econômico autônomo, disposto a identificar as peculiaridades de nosso processo de desenvolvimento. Assim nasceram as correntes teóricas mais fecundas do pensamento econômico nacional, que influenciaram diretamente os movimentos sociais e políticos, assim como a ação do Estado brasileiro ao longo de quase meio século. A primeira grande corrente foi a do desenvolvimentismo, na qual esteve engajada a maioria dos pensadores brasileiros de peso da primeira geração. Dessa lavra, surgiu a teoria do subdesenvolvimento da Cepal, que influenciou a formação de várias gerações de pensadores brasileiros. Contudo, o fracasso do desenvolvimentismo em gerar um tipo de crescimento econômico que favorecesse não apenas a burguesia, mas se difundisse para as camadas mais pobres da população latino-americana, dividindo melhor os frutos da riqueza que se avolumava nas mãos da burguesia já havia muito tempo – no caso brasileiro, situação intensificada na era Kubitschek –, fomentou o surgimento de novas correntes teóricas e movimentos políticos no Brasil e na América Latina. Se por um lado a esquerda mais tradicional radicalizava seu discurso, em face das mazelas da ditadura, outra corrente partia para um empreendimento mais ousado e criativo. Surgia, lá pelo final dos anos 1950 e início dos anos 1960, uma nova esquerda no Brasil, da qual Bresser é um dos mais dignos representantes. Uma nova esquerda que, para produzir um conhecimento mais aprofundado da realidade brasileira, não tinha preconceitos de usar os fundamentos do marxismo nem de apropriar-se do pensamento contemporâneo de Keynes e outros autores mais próximos do *status quo*. Foi dessa lavra que surgiu a teoria da dependência, na qual ele se envolveu diretamente. A nova esquerda foi extremamente crítica

do modelo econômico do autoritarismo e, particularmente, da concentração de renda e demais distorções socioeconômicas que este promoveu em seus mais de 20 anos de “reinado”. Ao mesmo tempo, soube detectar, com maior lucidez e sem os preconceitos e limitações da velha esquerda, a dinâmica e as peculiaridades do capitalismo retardatário brasileiro. Posteriormente, dos anos 1980 em diante, o foco dos pensadores recai sobre os problemas da dívida externa e, principalmente, sobre a questão da inflação e da crise do Estado, um dos grandes temas do capitalismo contemporâneo. Daí o surgimento da corrente da teoria da inflação inercial, último grande movimento teórico dos anos 1980, com desdobramentos importantes nos anos 1990, e para a qual Bresser-Pereira também deu certamente uma contribuição fundamental.

**Maria Rita Loureiro e Fernando Luiz Abrucio** registram traços do sistema político do país para melhor compreender os limites e as possibilidades do trabalho desenvolvido por Bresser-Pereira, como construtor de novas instituições em diferentes áreas do aparato estatal brasileiro, enfatizando particularmente sua experiência no plano federal. As primeiras experiências governamentais de Bresser se deram no Executivo estadual paulista, mas foi como ministro da Fazenda por sete meses e meio no governo Sarney, em 1987, que ele assumiu pela primeira vez uma posição de forte destaque entre os reformadores contemporâneos do Estado brasileiro. Posteriormente, na plenitude das instituições democráticas, consolidadas pela Constituição de 1988, Bresser voltou a exercer cargo de ministro no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare), no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-98), e, em 1999, novamente ocupou posto ministerial, dessa vez na pasta de Ciência e Tecnologia (MCT), então no segundo mandato de FHC, por um breve período. Como registram Loureiro e Abrucio, recusando-se a exercer uma ação apenas rotineira no plano político-administrativo, Bresser marcou sua gestão à frente desses três cargos ministeriais por iniciativas de mudança institucional, cujas dimensões e graus de intensidade variaram não só em função do tempo de duração de seu mandato e do contexto político-institucional existente em cada momento, mas sobretudo pelas possibilidades ou não de formar coalizões

de apoio às reformas, advindas da tentativa de construção de novos paradigmas e do convencimento de seus aliados. O modo peculiar como Bresser conduziu as propostas de reformas, especialmente no período do Mare, envolveu a criação de um debate público, do qual surgiram frutos que ultrapassam seu próprio impulsionador, mesmo quando as idéias são críticas ao que fora proposto.

Com relação à metodologia, **Lilian Furquim e Paulo Gala** destacam em seu capítulo o pragmatismo presente em Bresser-Pereira. Valendo-se do artigo “Dois métodos em economia”, procuram demonstrar as grandes semelhanças existentes entre suas propostas e a filosofia de Charles S. Peirce, um dos fundadores do pragmatismo norte-americano. Para tal, analisam em duas seções a relevância de dois conceitos fundamentais para Peirce, que parecem permear o pensamento de Bresser-Pereira: o pragmaticismo e a abdução. Em suas notas introdutórias ao artigo “Os dois métodos da teoria econômica”, Bresser-Pereira levanta questões interessantes no que diz respeito à postura dos cientistas em geral, e mais especificamente à dos economistas, quanto à dimensão normativa e positiva da ciência. Ao tocar a discussão filosófica de realismo e relativismo, assume uma posição que parece aos autores bastante próxima do pragmaticismo de Peirce. O “realismo modesto” que propõe se aproxima das posições de Peirce, bem como seu posicionamento filosófico entre o fundacionalismo e o relativismo radical. A preocupação de Bresser-Pereira com a existência de dois métodos na teoria econômica se origina de sua visão de verdade. Em sua opinião, a verdade é concreta, alcançável, e não subjetiva como prega o relativismo. Entretanto, Bresser-Pereira reconhece as limitações de nossa capacidade de conhecê-la, e a dificuldade que encontramos em sua procura, justificando uma posição realista, porém modesta, especialmente para as ciências sociais. Em seu artigo “Teorias sobre a verdade”, resume: “Eu, por exemplo, embora cientista social, me considero um realista mesmo em relação a verdades sociais. Mas não tenho dúvida que meu realismo deve ser mais modesto do que o realismo com que encararia as ciências naturais se tivesse competência para pesquisá-las”. Essa visão realista modesta permite que Bresser-Pereira entenda como legítimas abordagens ou teorias econômicas inconsis-

tentes entre si – no caso, as escolas neoclássica, clássica e keynesiana –, já que cada uma delas explica, melhor do que as outras, algum aspecto do sistema econômico.

Ainda sobre esse tema, **Alexandra Strommer de Farias Godoi** analisa o papel do método histórico na teoria econômica, em contraposição ao método lógico-dedutivo. Analisa também sua relação com o conceito de ideologia e de campo científico. A discussão é proposta por Bresser-Pereira em seu texto “Os dois métodos da teoria econômica”. Alexandra Godoi define as bases de cada um dos métodos da teoria econômica e explicita os procedimentos por eles usados na busca da verdade científica. Avalia a aplicabilidade de cada método ao estudo e desenvolvimento da teoria econômica e faz uma análise crítica sobre o alcance de cada método e as dificuldades que encontram. Para Alexandra Godoi, Bresser-Pereira adota uma visão semelhante ao que Victoria Chick define como “sistema aberto” para a teoria econômica. Como a realidade é complexa, e o sistema econômico está interligado com diversos outros sistemas, como o político e sociológico, por exemplo, a melhor maneira de analisar este sistema aberto seria utilizar-se de subsistemas fechados sucessivos, cada qual adequado para um objeto de estudo específico, mas sempre consciente das inter-relações existentes entre sistemas e das hipóteses simplificadoras adotadas. A partir deste arcabouço teórico, Bresser-Pereira toma uma posição pragmática e defende que existem dois métodos legítimos para o estudo da economia: o método histórico-dedutivo, ou do fato histórico novo, que seria adequado para a teoria do desenvolvimento econômico e a macroeconomia, e o método hipotético-dedutivo, aistórico, utilizado pela microeconomia, ou, mais especificamente, pela teoria de equilíbrio geral.

Abrindo a segunda parte do livro, relativa à teoria econômica, temos a colaboração de **Maria Angélica Borges**, que coteja as atividades e as contribuições de Bresser-Pereira e Eugênio Gudín, economistas de gerações distintas com atuação na Fundação Getúlio Vargas. O que interessa a Borges ressaltar são alguns aspectos da interpretação desses dois importantes intelectuais, pertencentes à comunidade dos economistas brasileiros, cujas atuações não se restringiram somente à academia, mas abriram um leque de

influências em outras direções, inclusive na política nacional. Enquanto o primeiro completa 70 anos neste ano, o segundo, que viveu uma vida centenária, nasceu no final do século XIX e faleceu em 1986, ano do primeiro plano heterodoxo apoiado na teoria da inflação inercial, o Plano Cruzado. Bresser-Pereira e Eugênio Gudin são dois produtores intelectuais, que se dirigem para a carreira de economista oriundos de áreas diferenciadas do saber. Mas suas formações iniciais guardam uma interface com a ciência econômica – ressalte-se que, antes da criação das faculdades de economia no país, a teoria econômica era ministrada nas faculdades de direito e de engenharia. Bresser-Pereira tem como formação primeira a ciência jurídica, e Eugênio Gudin, a engenharia. Contudo, os dois encontrarão na economia o campo fértil para suas produções teóricas e práticas, construindo carreiras notáveis no cenário nacional. Curiosamente, ambos passarão pela pasta da Fazenda e por um período semelhante, cerca de sete meses – Bresser-Pereira durante o governo Sarney e Eugênio Gudin no governo de Café Filho. Os dois economistas são protagonistas importantes da história dessa que é uma das principais instituições de ensino e pesquisa do país: a Fundação Getúlio Vargas – Eugênio Gudin atuando no Rio de Janeiro e Bresser-Pereira, em São Paulo. Suas atuações traduzem um arsenal de realizações: publicação de livros, revistas, formação de núcleos de pesquisa, contatos internacionais, entre tantas outras iniciativas. Os dois intelectuais agregam ao seu redor vários outros participantes da comunidade científica, exercendo uma influência marcante tanto em alunos, professores e demais cidadãos, como ganhando notoriedade no exterior. Soma-se a esse rol de atividades semelhantes que ambos, no início de suas carreiras, atuaram também como jornalistas.

Para Luiz Antonio de Oliveira Lima, uma das principais virtudes das análises econômicas de Bresser-Pereira é a de não se deixar impressionar por idéias consagradas, enfrentá-las, criticá-las e, eventualmente, ampliá-las de forma criativa. Em 1986, Bresser-Pereira publicou o texto *Lucro, acumulação e crise*, no qual apresentou a proposta de se ampliar a análise clássica do crescimento econômico e distribuição, fazendo da taxa de salário uma variável endógena e incluindo como variável exógena a determinação

do preço pelos capitalistas. Tal análise foi retomada recentemente no texto “Modelo clássico, progresso técnico e distribuição”, no qual não só apresenta uma síntese da obra mencionada, bem como procura tornar mais formalizado o modelo inicial. Para Oliveira Lima, o modelo mencionado comprova essas qualidades de Bresser-Pereira; além de ter as virtudes de um bom modelo – ser simples e relevante, capaz de ser verificado empiricamente –, permite que seus leitores desenvolvam uma crítica fundamentada a algumas conclusões que o próprio autor pode retirar dele. Para Oliveira Lima, tais qualidades decorrem do processo analítico desenvolvido, ou seja, a consideração objetiva das realidades que marcam o processo histórico de acumulação capitalista: primeira, os salários não permaneceram constantes ao longo desse processo, mas aumentaram na mesma proporção do aumento da produtividade; segunda, uma certa estabilidade da taxa de lucro a longo prazo; terceira, a distribuição funcional da renda, após a revolução industrial, tende a permanecer relativamente constante. Tais variações são de certa forma consagradas e, como registra Oliveira Lima, fazer um modelo a partir delas, no entanto, seria apenas realizar mais uma teoria do crescimento capitalista. Registra que uma das marcas da originalidade de Bresser é associar historicamente tipos de progresso técnico com fases da evolução capitalista, partindo da hipótese realista de que o progresso técnico que caracteriza o capitalismo em sua fase atual seria o progresso técnico poupador de capital. A vantagem de tal modelo seria a de estabelecer condições realistas do crescimento das economias capitalistas, ao não se limitar a casos extremos como o modelo keynesiano, do tipo Harrod-Domar – que supõe coeficiente fixo da relação capital/trabalho, que resultaria em enorme instabilidade das economias capitalistas, o que não representa de fato a sua realidade –, ou, como o modelo neoclássico, do tipo Solow – para o qual esta flexibilidade é absoluta, o que eliminaria qualquer instabilidade, e que também não é uma representação adequada do processo de acumulação de capital.

Ainda sobre *Lucro, acumulação e crise*, de Bresser-Pereira, **José Antonio Rodrigues da Cunha** desenvolve uma interessante reflexão. Procura retomar alguns dos principais pontos da análise de Bresser-Pereira sobre desenvolvimento econômico, progresso tecnológico e distribuição funcional da

renda. Tanto os aspectos matemáticos e de teoria pura quanto os aspectos históricos daquela análise são apreciados e criticados, seguidos de sugestões para pesquisas posteriores. Como registra José Cunha, as idéias apresentadas por Bresser-Pereira com respeito ao fenômeno do desenvolvimento econômico contêm originalidade em pelo menos três aspectos: o método de análise, o conteúdo das idéias propostas e a ambição geral desses trabalhos. Destaca Cunha que, em relação ao método de análise, tem-se a combinação de elementos teóricos puros/matemáticos com a constante e explícita utilização de elementos da evolução histórica de países que concluíram um processo de revolução industrial no século XIX. Nesse sentido, destaca a inovação e o contraste com o método de análise seguido por Harrod e Solow, que se tornou predominante no campo de desenvolvimento/crescimento econômico, onde os elementos históricos/empíricos constituem exclusivamente o ponto de partida de uma análise teórica pura, na medida em que são os “fatos estilizados” relevantes. Mas, ao mesmo tempo, há semelhança de método de análise quando o elevado nível de abstração e de agregação da mesma é considerado, tanto no que diz respeito aos conceitos e às variáveis empregadas (“produto”, “capital” e taxa de lucro, por exemplo), quanto no que diz respeito às implicações derivadas e à periodização histórica proposta (“queda da taxa de lucros na fase de consolidação capitalista”, por exemplo). Registra ainda que, em relação ao conteúdo das idéias propostas, tem-se um foco sobre as inter-relações das variáveis fundamentais do desenvolvimento econômico (taxa de acumulação de capital, tipo e intensidade de progresso tecnológico e taxa de lucro) com o maior grau de generalidade factível. Não há o recurso a hipóteses auxiliares que tornariam a análise particular, ou ao menos mais específica. Não se encontram (como na abordagem predominante) referências às funções de produção e suas propriedades, aos processos pelos quais as decisões de consumo e de investimento são tomadas pelas firmas e pelas famílias e se transpõem para o agregado, à maneira pela qual os investimentos alteram o capital e as possibilidades de produção etc. Tal nível de generalidade se justifica devido à necessidade de compreensão da dinâmica das variáveis fundamentais do desenvolvimento econômico, sob um quadro de evolução histórica percebi-

da de cerca de 200 anos para alguns países. José Cunha destaca, como traço mais distintivo de originalidade com respeito ao conteúdo das idéias propostas, a inversão do padrão tradicional de análise realizado no campo de desenvolvimento econômico. Ao invés de fixação da taxa de salários e determinação da taxa de lucros como resíduo, tem-se a fixação da taxa de lucros e a determinação da taxa de salários como resíduo.

Versando ainda sobre as contribuições em teoria econômica, **Fabio Anderaos de Araujo** inicia seu texto lembrando a intervenção de Bresser-Pereira na sessão de abertura da Jornada de Reflexión sobre el Pensamiento Económico Brasileño – Tres Generaciones: Rangel, Furtado e Bresser-Pereira, realizada em agosto de 1999 na Universidad Nacional de San Martín, em Buenos Aires. Anderaos concentra-se na contribuição teórica de Bresser-Pereira para entender a distribuição de renda na economia capitalista. Nesse sentido, dois trabalhos lhe parecem importantes. Um é o já citado *Lucro, acumulação e crise*, publicado em 1986 e que corresponde à tese de livre-docência em economia na USP, pela sua originalidade na análise da lei da queda tendencial da taxa de lucro de Marx. O segundo é *Investment decisions and the interest rate in normal and exceptional times*, apresentado por Bresser-Pereira ao XVI Congresso Internacional da Latin American Studies Association, sobre a relevância da taxa de juro nas decisões de investimento do empresariado brasileiro. Para Anderaos, as conclusões dessa pesquisa de Bresser, que serviram também para comparar o poder explicativo de algumas teorias de investimento, permanecem, na sua essência, bastante atuais para analisar a atual crise econômica brasileira, em que prevalece uma transferência brutal de renda para o setor financeiro, em detrimento dos demais. Registra Anderaos que, em *Lucro, acumulação e crise*, Bresser-Pereira foi o primeiro economista brasileiro a analisar exaustivamente, sob a ótica da teoria do valor-trabalho, as várias formas do progresso técnico e seus efeitos sobre a distribuição de renda e sobre o desenvolvimento da economia capitalista. Segundo Anderaos, nesse campo teórico, além de Bresser-Pereira, foram poucos os economistas que adotaram um raciocínio diferente da linha dogmática de Marx, como, por exemplo, Bertrand Schefold no seu excelente artigo “*Capital fijo, acumulación e progreso técnico*”. Contudo, o ob-

jetivo de Schefold não foi analisar o processo de acumulação de capital sob uma perspectiva histórica, mas apenas dar um tratamento analítico mais rigoroso a algumas formas de progresso técnico. Em *Investment decisions and the interest rate in normal and exceptional times*, Bresser reflete sobre as teorias de investimento e a capacidade das mesmas de oferecer uma explicação aceitável para a queda da taxa de investimento no Brasil nas décadas de 1970 e 80. Como, à época da pesquisa, o Brasil estava no meio de uma nova crise, Bresser-Pereira concluiu que, em tempos “normais”, a taxa esperada de lucro é mais importante do que a taxa de juro na decisão de investimento. Porém, em períodos excepcionais (*exceptional times*), ocorre o contrário, pois uma crise profunda reduz a expectativa de lucros no setor privado. O governo, para manter a demanda agregada em determinado nível, realiza investimentos nas áreas social e de infra-estrutura. Complementa, porém, sua necessidade de recursos através de empréstimos (aumento do endividamento público), pressionando a taxa de juro para cima, uma inversão do fenômeno *cushion pad*, sobretudo quando o país já apresenta um elevado endividamento líquido e com *duration* reduzido. Essa situação se verifica hoje no Brasil, com o mesmo círculo vicioso que Bresser-Pereira identificou na ocasião da apresentação do seu ensaio, em 1990.

Ainda com relação às contribuições teóricas de Bresser, temos uma reflexão de Francisco Lopes sobre a teoria da inflação inercial. Registra Lopes que Bresser-Pereira nunca teve medo de questionar o pensamento convencional sobre os grandes problemas nacionais. No início dos anos 1980, ambos compartilhavam a mesma inquietude com relação à inflação brasileira: “Não nos convencia o diagnóstico monetarista simplista de que a inflação era apenas o resultado direto da criação excessiva de moeda em decorrência do déficit público. Era evidente que a própria quantidade de moeda e de seus substitutos próximos (a chamada quase-moeda) se tornara uma variável endógena na economia cronicamente inflacionada, uma variável endógena muito mais que um determinante exógeno. Concordávamos quanto à ineficácia de uma política de combate à inflação baseada apenas em controle monetário, tanto na versão gradualista mais usual quanto na

versão radical do 'choque ortodoxo', proposto por Octavio Gouvêa de Bulhões." O diagnóstico era que a inflação crônica tinha um caráter preponderantemente inercial, ou seja, a inflação passada era a principal causa da inflação presente e, portanto, só poderia ser combatida através de uma atuação eficaz sobre os mecanismos de geração e sustentação da inércia. Quando Bresser assumiu o Ministério da Fazenda, ao final de abril de 1987, não podia deixar de se inquietar com o quadro macroeconômico que resultara do colapso do Plano Cruzado. "O país estava em moratória externa, com inflações mensais da ordem de 20% e um gatilho salarial em operação. Logo na primeira semana de sua gestão, convocou-me a Brasília, pedindo que trabalhasse informalmente com sua equipe no desenho de um novo plano de estabilização, uma nova tentativa 'heróica' (como costumava dizer) para enfrentar o descontrole inflacionário. Desse trabalho, realizado ao longo de dois meses, basicamente em colaboração com Yoshiaki Nakano e o próprio Bresser, surgiu o Plano Bresser de junho de 1987. Mas o que pouca gente sabe é que, até três dias antes do seu lançamento, o plano de estabilização em que estávamos trabalhando era um plano de otenização, com um desenho bastante diferente do que foi finalmente adotado." O objetivo do texto de Lopes neste livro é apresentar essa versão de otenização do Plano Bresser, até hoje nunca divulgada, tentando avaliar os possíveis benefícios e desvantagens que poderiam ter resultado de sua adoção. Na opinião de Francisco Lopes, o Plano Bresser deve ser motivo de orgulho para todos os que participaram da sua elaboração. "A noção de que o plano fracassou, que alguns colonistas de economia repetem até hoje, parece-me um completo equívoco. O plano tinha objetivos limitados e os cumpriu integralmente. Fez a taxa de inflação despencar, dos 26% no mês de junho, para taxas mensais de um dígito nos seus primeiros cinco meses. Isso deu à economia condições para sair da grave recessão em que se encontrava e tirou o sistema financeiro de uma situação seriíssima de inadimplência generalizada. Para possibilitar o controle futuro do déficit público, foi gerado um autêntico choque de tarifas, que recompôs o preço real dos combustíveis, dos produtos siderúrgicos e da energia elétrica, os quais estavam fortemente defasados desde, pelo menos, a gestão Dornelles, em 1985."

O trabalho de Fernando de Holanda Barbosa trata da componente inercial da inflação na literatura internacional, analisa as contribuições dos autores nacionais sobre a inércia da inflação, bem como apresenta uma resenha de modelos em que a origem da inflação é o déficit público financiado por emissão de moeda. Destaca a importância de autores brasileiros no desenvolvimento dessa teoria: “A componente inercial da inflação foi um tema abordado por vários economistas brasileiros. Simonsen foi o primeiro a se preocupar com o fato de que o grau da inércia estava diretamente relacionado com o custo social do combate à inflação, a partir da experiência do plano de estabilização do governo Castello Branco – o Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg) do período 1964-67 –, de cuja formulação ele participou. Posteriormente, Lopes, Bresser-Pereira e Nakano, e Arida e Lara-Resende contribuíram para a discussão sobre inflação inercial e formularam programas de estabilização, os planos Cruzado, Bresser e Real, que tinham mecanismos para impedir a propagação da inflação”. Analisa em detalhe as proposições teóricas de Simonsen, Lopes, e Arida e Lara-Resende. Quanto às contribuições de Bresser e Nakano, destaca a formulação principal dos autores, que atribuem o aumento persistente dos preços a três fatores: fatores de inércia inflacionária que causam a manutenção do patamar da inflação; fatores que causam a aceleração (ou desaceleração) da inflação; fatores que sancionam a elevação dos preços. Nessa linha de pensamento, a inércia inflacionária seria causada por um conflito distributivo entre trabalhadores e empresários, que teriam instrumentos políticos e econômicos para manterem suas participações relativas na renda, sendo a indexação um desses instrumentos. Os fatores aceleradores, segundo Bresser-Pereira e Nakano, seriam os seguintes: aumento dos salários médios reais acima do aumento da produtividade; aumento das margens de lucro sobre a venda das empresas; desvalorizações reais da moeda; aumento do custo dos bens importados; aumento dos impostos. Por fim, o aumento da quantidade de moeda seria o fator sancionador da inflação, variável endógena do modelo. Os dois autores acompanham Ignácio Rangel, ao admitir a hipótese de que o déficit público é produzido pelo governo, com a finalidade de aumentar o estoque de moeda da economia.

Wilson Suzigan discute a contribuição de Bresser ao tema Estado e mercado, com base em seus principais trabalhos: os livros *Estado e subdesenvolvimento industrializado* e *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil*, os artigos “*Economic reforms and the cycles of state intervention*”, “Um novo Estado para a América Latina” e “A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle”, e os originais do livro *Democracy and public management reform*, submetido à Oxford University Press. Suzigan procura destacar: primeiro, a interpretação de Bresser sobre a crise do Estado e suas causas; segundo, as decorrentes proposições de Bresser para a reconstrução do Estado, não no sentido de torná-lo mínimo, e sim mais forte e eficiente, embora menor e mais voltado à coisa pública; terceiro, o cerne de suas principais contribuições; quarto, algumas considerações críticas sobre pontos específicos de sua análise. Registra que uma das áreas de maior criatividade do trabalho de Bresser é o das relações entre Estado e mercado; sua produção intelectual nessa área é não só abundante como tematicamente ampla e rica em novos *insights*: “Valendo-se de sua erudição e de sua filiação à tradição da economia política, aborda o tema com visão ampla e com firmeza, oferecendo diagnósticos precisos e proposições pertinentes. Como poucos intelectuais, conseguiu colocar seus conhecimentos na prática da vida pública, alcançando resultados notáveis, e conseguiu também incorporar na sua obra, como uma espécie de fertilização cruzada, sua experiência de homem público. Isto transparece, talvez mais que em qualquer outro tema, em seus trabalhos sobre o Estado”. Quanto às críticas e sugestões de desdobramentos de trabalhos que Suzigan faz em relação à reflexão de Bresser sobre o papel do Estado no desenvolvimento, destacam-se: a excessiva estilização do papel do Estado na industrialização; o exagero da interpretação de Bresser quanto à industrialização por substituição de importações (ISI) como um modo de intervenção do Estado; sua insuficiente abordagem da economia política da política industrial; a não-consideração da hipótese, aventada por N. P. Bueno em obra de 1996, de histerese institucional na evolução do padrão de intervenção do Estado, sobretudo com relação a reformas orientadas para o mercado e políticas industriais.

Em “O que é a tecnoburocracia” – único texto que não foi escrito especialmente para este livro, mas que, pela importância do autor e pela qualidade da análise, pareceu-nos adequado incluir –, Gérard Lebrun procura situar as idéias de Bresser a esse respeito em relação a seus críticos, especialmente à esquerda. Destaca, por exemplo, a tese dos críticos marxistas de que “o autor descreve a tecnoburocracia como uma formação de substituição que nasceria da degenerescência do capitalismo – e não percebe que se trata simplesmente de uma forma aperfeiçoada deste, forma cuja análise o marxismo é perfeitamente capaz de empreender. Através de alguns passes rápidos, o autor assim interpreta a ascensão dos *managers* e a progressiva supressão do capitalista individual como ‘a supressão das próprias relações capitalistas’”. Lebrun não se alinha totalmente a essas críticas: “colocando estas questões, parecemos – mas apenas parecemos – juntar-nos aos críticos de esquerda de Bresser-Pereira. O objetivo deles é mais ou menos claro: pretendem manter intacta, no primeiro plano, a grande dicotomia capitalismo/socialismo e, assim, estabelecer que o capitalismo, seja qual for a sua máscara, continua sendo o inimigo público nº 1. Que o socialismo possa assumir o aspecto rebarbativo de um superestatismo, isto não os preocupa – pelo menos, não os preocupa atualmente. Mas acontece que isso preocupa a Bresser-Pereira (e, a meu ver, é este um de seus grandes méritos)... Assim, cada um dos adversários está orientado por uma exigência diferente da que guia o outro – e é por isso, talvez, que cada um tem condições de censurar o outro por sua abstração”.

Avaliando a análise de Bresser sobre a revolução estudantil de 1968, Olgária Mattos registra que, valendo-se de pensadores como Adorno, Weber e Lukács, entre outros, mas deles se diferenciando quanto ao desencanto, Bresser rastreia a necessidade da ficção e do simbólico de que o inconsciente político latente ou manifesto de 1968 foi portador. Com ele, reabriu-se um campo de investigação do próprio político para a compreensão do totalitarismo, da democracia e seus paradoxos, entre eles o do consumo. A sociedade de massa moderna promete felicidade pelo consumo e frustra-a, criando mal-estar na civilização. Esta parece ser a resposta a um mundo que se queria confortável e sem história, após guerras, pauperismo e descontenten-

tamento. A alienação não é um fenômeno ligado somente ao modo de produção capitalista e à circulação das mercadorias. Ela significou, para a Comuna estudantil, como se revela também hoje, a atenção voltada para a perda dos usos e dos sentidos de nossas vidas. Não se trata de avaliar o movimento estudantil apenas por sua eficácia política nos termos pragmáticos convencionais, e sim palmilhar aqui e lá o que pode oferecer à democracia sua experiência radical e inovadora de luta contra preconceitos e exclusões. Essa ágora moderna devolveu iniciativa política à sociedade para solucionar conflitos e equilibrar interesses e paixões. Que se pense, de início, em algumas publicações escritas no calor dos acontecimentos de 1968 – como *La brèche* e o livro de Bresser-Pereira. Enquanto o primeiro elege 1968 como um momento disruptivo da história do capitalismo – a brecha –, este elege uma questão da história da cultura, em particular a tecnociência e a burocracia para refletir acerca de 1968, da contemporaneidade e de seu futuro, designando de outra forma, uma vez que suas premissas são diversas. Os acontecimentos posteriores da história, com a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim do socialismo totalitário, manifestaram que a luta pela liberdade consistiu muito mais na busca da liberdade de consumo do que na invenção de novos valores e desejos qualitativamente diversos daqueles ligados ao mercado liberal.

Livia Barbosa relata brevemente seu contato com Bresser desde o início dos anos 1990. Ressalta as diferenças e dificuldades do diálogo entre cientistas políticos e antropólogos: “embora estimulante, é difícil e poucos avanços são realizados no sentido de se unir a compreensão institucional da ciência política com a lógica simbólica da ação social da antropologia”. Chama a atenção para um tema que a ciência política começou a explorar mais recentemente e que parece uma possibilidade de se estabelecer um melhor entendimento entre as duas visões: a cultura política. À luz desta possibilidade, encaminha algumas reflexões e apresenta um entendimento do que julga ser cultura política e, particularmente, a “cultura política brasileira”. Para tanto, inspira-se em inúmeras discussões sobre o tema da cultura política que teve com Bresser-Pereira, e nos seus textos “Estado na economia brasileira” e *O colapso de uma aliança de classes*. Não oferece, contudo, uma

análise crítica dessas obras, mas sim um olhar diferente sobre uma mesma realidade. Conclui sua análise fazendo referência aos trabalhos de Bresser-Pereira sobre o Estado brasileiro e suas classes sociais básicas: burguesia, tecnoburocracia e os trabalhadores que fornecem um quadro geral e distanciado de funcionamento do nosso sistema político. “Estes grupos aparecem como entidades abstratas cujas respectivas racionalidades são determinadas por fatores socioeconômicos e dotados de autonomia em relação às características culturais da sociedade, o que parece contrastar quando olhamos para a nossa vida cotidiana. Neste contexto, a utilização do conceito de cultura política, no sentido do entendimento cultural dos valores do sistema político democrático e das políticas do significado, pode fornecer um instrumental que permita entender como os fluxos de valores associados à democracia são implementados e vivenciados a partir das diferentes culturas políticas com as quais eles entram em contato”.

Maria Cecília Spina Forjaz aborda um livro muito significativo no conjunto da extensa e diversificada produção acadêmica de Bresser, além de seu maior sucesso editorial – *Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*, publicado em 1968 pela Zahar Editores. Para Forjaz, esse primeiro livro publicado por Bresser, e que vem sendo reeditado ao longo de quase 40 anos com sucessivas atualizações, permite o exercício da reflexão sobre a evolução das ciências sociais no Brasil nesse mesmo período, bem como o acompanhamento das escolas de pensamento que influenciaram o autor, os temas dominantes em determinadas conjunturas históricas e as relações entre as posturas analíticas adotadas e os fatos sociais, econômicos e políticos geradores dessas mesmas posturas. Forjaz escolhe fragmentar o livro em cinco seções correspondentes às sucessivas edições. A primeira edição de *Desenvolvimento e crise no Brasil* é de 1968 e a versão atualizada em 2003 manteve o texto original, com alguns cortes, revisões de estilo e unificação de terminologias. As pequenas alterações efetuadas demonstram que, para o autor, a análise feita no fim da década de 1960 continua válida; a passagem do tempo e a sucessão de modas intelectuais não macularam a significação dos conteúdos atribuídos ao processo de desenvolvimento social, político e econômico brasileiro. A primei-

ra preocupação de Bresser é exatamente definir o conceito de desenvolvimento, e a maneira como o faz poderia perfeitamente ter sido escrita hoje. A quinta edição de *Desenvolvimento e crise* saiu no segundo semestre de 2003 e representa, em termos quantitativos, metade da obra, contendo aproximadamente 200 páginas que analisam a economia, a política e a sociedade brasileira desde a transição democrática até a atualidade. Acompanhando a lógica de todo o livro, Bresser focaliza primeiro a situação econômica da década de 1980, para, em seguida, e baseado primordialmente nela, dedicar-se à análise política. Caracteriza a crise da dívida externa e a crise fiscal dos anos 1980 como a mais grave de toda a história do desenvolvimento capitalista brasileiro, que, apesar de retrocessos conjunturais, apresentou as maiores taxas de crescimento do PIB desde 1870 até 1980, em comparação com alguns países, como os Estados Unidos, o Japão e a União Soviética. Depois de discutir a questão central da desigualdade de renda, um dos principais obstáculos à retomada do desenvolvimento, Bresser escreve um capítulo baseado em texto conjunto com Yoshiaki Nakano, “Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade”. O texto, que provocou muita polêmica no mundo acadêmico e foi amplamente divulgado pela mídia, é uma acerba crítica à política de altas taxas de juros estabelecidas pelo Banco Central e pela equipe econômica ainda na gestão Fernando Henrique. Além de reproduzir os argumentos defendidos em 2002, Bresser incorpora ao texto parte do debate que se seguiu à sua publicação, especialmente ponderações de Edmar Bacha e Francisco Lopes, economistas muito ligados à equipe do presidente Fernando Henrique. Voltando à arena política e referindo-se à conjuntura atual do governo Lula, Bresser chega ao penúltimo capítulo com a seguinte interrogação: “Do pacto liberal-burocrático ao popular-nacional?” O primeiro, vigente desde o governo Collor, seria “um pacto, portanto, excludente dos trabalhadores e dos pobres: um Pacto Burocrático-Liberal. Burocrático porque a liderança política cabia a setores da classe média profissional, associada naturalmente à classe capitalista. Liberal porque comprometido com as reformas orientadas para o mercado”. A eleição de Lula significa uma mudança em direção a um novo pacto popular-nacional? Esse seria o desejo do autor, que explicita claramente suas opções político-ideo-

lógicas, mas é pessimista sobre essa possibilidade, pois as decisões tomadas nos primeiros meses de governo sugerem uma continuidade do pacto anterior e uma adesão total aos princípios do Segundo Consenso de Washington. O último capítulo é dedicado à explicitação do que seria o pacto nacional-popular, ou seja, aquele que adotasse um novo desenvolvimentismo e um nacionalismo moderno. Baseado nos princípios de uma nova esquerda socialdemocrática ou social-liberal, esse pacto implicaria a aceitação da integração do Brasil no mercado mundial, preservando os interesses nacionais (não nos moldes do velho nacionalismo) e mantendo um Estado forte e intervencionista para conduzir o desenvolvimento econômico. A globalização, embora tenha ampliado a interdependência entre os Estados nacionais, tornou-os ainda mais estratégicos para corrigir as falhas do mercado.

**Helio Jaguaribe** inicia seu texto ressaltando as virtudes de Bresser como intelectual e homem público: “representa uma rara combinação de intelectual de alta capacidade, com uma genuína vocação pública e a condição de exemplar homem de bem, como nos casos do sociólogo-presidente Fernando Henrique, do economista-ministro Celso Furtado ou do internacionalista-chanceler Celso Lafer. Coube-lhe desempenhar – e fazê-lo muito bem – alguns dos mais altos cargos de nosso país, sendo por três vezes ministro de Estado. Ao mesmo tempo, é autor de uma ampla e importante obra, com mais de 30 livros publicados, com outros autores ou de sua exclusiva lavra, mais de 300 *papers*, inúmeras conferências e pronunciamentos, tudo de alta qualidade”. Analisa, na seqüência, as contribuições de Bresser no campo da teoria política. Assinala as modalidades de democracia definidas pelo autor: democracia de elites, democracia de opinião pública ou plural e democracia participativa ou republicana. Só é democrático o governo expressamente constituído e mantido por delegação popular. Destaca e analisa as duas primeiras formas: democracia de elites é o regime que resulta de um governo que, no curso de seu mandato, passa a atuar em função de seus próprios critérios e valores, relacionando-se com um restrito círculo de apoiadores e beneficiários, dentro de condições que reduzem seu contato com o conjunto do povo à fase eleitoral. Democracia de opinião pública é o regime que se

exerce e sustenta mediante um continuado diálogo com os diversos segmentos da cidadania, não se tratando apenas de apelar para o povo na fase eleitoral, distintamente do que ocorre com a democracia de elites. As opções do governo, seus valores, seus procedimentos, resultam das tendências predominantes na opinião pública, que é continuamente consultada através de várias modalidades, como, por exemplo, o diálogo com organizações da sociedade civil e freqüentes levantamentos da opinião pública a respeito de questões relevantes. O autor destaca também outra importante contribuição de Bresser para o pensamento político: sua tipologia dos pactos sociais e seu entendimento de como e quando cada uma de suas modalidades se realizou neste país. Bresser identifica quatro modalidades de pacto social: popular-nacional, burocrático-autoritário, popular-democrático e burocrático-liberal.

O ex-ministro Celso Lafer registra a diversificada obra e a ação de Bresser-Pereira, caracterizadas não só pela multiplicidade de interesses como pela interdisciplinaridade que as anima. A partir de Thiery de Montbrial, Lafer lembra que os economistas, com raras exceções, como é o caso de Marx ou Schumpeter, em função da sua definição do campo acadêmico e de seus modelos, pouco se preocupam com a relação entre meios e fins para atingir objetivos concretos. No entanto, esse tipo de preocupação, de natureza prática, é inerente à concepção de *business administration*, tal como desenvolvida nos Estados Unidos, adaptada e aclimatada ao Brasil pela FGV/Eaesp, sempre atenta, no seu currículo, à especificidade da estratégia das empresas. Por ter presente a ótica estratégica e estar preocupado com o desenvolvimento, Bresser-Pereira alargou os seus horizontes para inserir nos seus estudos a análise política: as alianças de classe, o Estado, os pactos políticos, a tecnoburocracia, o nacionalismo. Registra Lafer que a agenda dos problemas do Brasil foi levando Bresser-Pereira a analisar os temas da inflação e do seu componente inercial, da recessão, da dívida externa, da crise fiscal, do populismo econômico, das reformas econômicas e da reforma do Estado. Nesse seu percurso, foi operando através do método de aproximações sucessivas. Subjacente a esse método, está uma visão democrática do mundo que, ao recusar uma concepção absolutista do poder, recusa uma

concepção absolutista do saber. Nesse sentido, destaca Lafer, Bresser-Pereira não é nem positivista nem marxista. O “ismo”, como ensina Bobbio, é estático e apela à nossa faculdade de desejar; a ciência está sempre em movimento e é impelida pela nossa vontade de conhecer. A vontade de conhecer de Bresser-Pereira, destaca Lafer, parte de uma concepção pluralista da verdade, na qual ela não é tida como una, mas sim como múltipla. Daí a multiplicidade de perspectivas e a variedade de interesses que caracterizam o seu percurso. Os seus críticos, adeptos da separação rigorosa dos campos do conhecimento, diriam que ele é sincrético e, como tal, faz misturas impuras e não tem a dose apropriada de ceticismo no que tange às verdades que vai descobrindo. Mas, para Lafer, são precisamente a abertura e a curiosidade de Bresser-Pereira que dele fazem um *dublê* de *scholar* e homem de ação, que vem enriquecendo, com o empenho de sua curiosidade intelectual, tanto o campo do conhecimento das ciências humanas quanto a agenda do debate público em nosso país. Isto é válido para a área das relações internacionais, à qual Bresser se vem dedicando nos últimos tempos e que Lafer vai analisar com a competência específica que o caracteriza. Para Celso Lafer, a leitura que faz Luiz Carlos Bresser-Pereira da realidade internacional vincula-o à tradição que pode ser qualificada de grociana. Esta tradição remonta a Grotius, um dos fundadores do direito internacional público moderno e se contrapõe à tradição realista inspirada por Maquiavel e Hobbes. Reconhece a existência de conflito e cooperação na dinâmica das relações internacionais, mas detecta um significativo potencial de sociabilidade que permite encaminhar a agenda da ordem mundial através dos instrumentos do direito e da negociação diplomática. Para o adensamento dessa tradição grociana, Luiz Carlos Bresser-Pereira está contribuindo com os seus textos recentes, nos quais estão presentes, de forma relevante, as perspectivas do saber acumulado do método de aproximações sucessivas do seu percurso.

No texto “Republicanismo, cidadania e (novos?) direitos”, **Marcus Mello** registra que a questão dos direitos está no centro das discussões em várias áreas da agenda pública e da agenda intelectual contemporânea. Mas não foi sempre assim. Essa centralidade foi basicamente adquirida neste último quarto de século, em um contexto marcado pela crítica à lógica utilitarista

subjacente às discussões sobre a ação e a moralidade públicas. Como se sabe, o utilitarismo é a concepção moral que informa a avaliação de políticas econômicas. Essa concepção foi criticada fundamentalmente por um discurso que está fundado na noção de direitos. Essa crítica foi articulada por um amplo espectro de analistas de matizes ideológicos díspares, como Rawls e Nozick. O discurso dos direitos também informa as construções teóricas de Sen e de Dworkin, e tem influenciado a agenda internacional e a própria concepção do desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento humano é um dos construtos conceituais produzidos nesse contexto. Em vários artigos, Bresser-Pereira tem demonstrado uma consistente identificação com essa agenda teórica antiutilitarista. Postulando um modelo deliberativo de democracia e aderindo normativamente a uma agenda normativa republicana, ele tem contribuído de forma importante para a elaboração dessa agenda teórica. Sua mais notável contribuição nesse sentido talvez seja sua discussão dos chamados direitos republicanos. Bresser-Pereira refere-se especificamente a esses direitos como um direito de nova geração. Eles se manifestariam de formas variadas: no direito ao patrimônio ambiental público, ao patrimônio cultural público e aos recursos do Estado. Este último seria, segundo ele, o mais importante, aquele que ainda não se positivou de forma concreta. Para Bresser-Pereira, ele consiste no que chama direito a *res publica*, “ou à coisa pública, entendida como o estoque de ativos e principalmente o fluxo de recursos que o Estado e as entidades públicas não-estatais controlam”. Em seu texto, Marcus Mello discute essa contribuição à luz de três conceitos. Em primeiro lugar, o de republicanismo. O que há de especificamente republicano nessa concepção de direitos? Como se sabe, a tradição republicana privilegiou menos a questão dos *direitos* e mais a questão dos *deveres* dos cidadãos. Em segundo lugar, o conceito de direitos. Trata-se efetivamente de direitos? E mais: estamos efetivamente nos deparando com uma nova geração de direitos? Em terceiro lugar, o conceito de representação e seu correlato, o controle ou *accountability*. Qual o papel das instituições no mecanismo de representação e controle social sobre os representantes? A resposta que dá em relação a essas questões é fundamentalmente de natureza crítica. Independentemente de certa identi-

ficação normativa com as idéias e questões de Bresser-Pereira, a leitura de sua elaboração analítica apresenta vários questionamentos importantes.

Para Adam Przeworski, uma característica persistente do pensamento de Bresser-Pereira é que ele nunca perde de vista as questões primordiais, mesmo quando analisa acontecimentos históricos concretos. No ensaio “Por que a democracia se tornou o regime preferido apenas no século XX?”, Bresser argumenta que a democracia surgiu historicamente apenas quando e onde se consolidou o capitalismo. Além disso, ele encara esse desenvolvimento como historicamente necessário e como racional, tanto para os capitalistas quanto para os trabalhadores. Para Przeworski, o problema dessa análise é que ela oferece somente condições necessárias, mas não suficientes. Desse modo, embora ofereça uma explicação sugestiva, tem pouco poder de previsão. Ao afirmar a necessidade histórica e a racionalidade coletiva, Bresser torna esta relação inevitável. O exame do registro histórico, no entanto, mostra que ela é muito mais contingente. Embora o capitalismo torne a democracia possível, não a torna necessária. Przeworski observa que uma democracia duradoura surgiu na Índia em 1947, quando esse país tinha uma renda *per capita* de US\$556, enquanto a ditadura sobreviveu em Cingapura quando a renda desse país era de US\$18.300. Os níveis de desenvolvimento sob os quais a democracia surgiu em diferentes países variaram enormemente, e em vários países o avanço da democracia sofreu longas reversões, apesar do continuado desenvolvimento capitalista. A ditadura é tão compatível com o capitalismo quanto a democracia. Portanto, a relação entre desenvolvimento do capitalismo e democracia exige uma análise de contingências históricas concretas, não podendo ser deduzida a partir de premissas. Essas questões são o objeto da análise de Przeworski, que examina as evidências históricas que abrangem o período entre 1946 e 1999. A análise se inicia com a conhecida observação feita por Lipset de que a maioria dos países desenvolvidos tem regimes democráticos, enquanto a maioria dos países pobres sofre com a ditadura. No entanto, como foi mostrado pela primeira vez por Przeworski e Limongi, esse padrão emerge não porque as democracias sejam mais passíveis de se estabelecerem quando os países se tornam mais desenvolvidos, mas porque, se elas se estabelecem, seja por

que razão for, são mais passíveis de perdurar nos países desenvolvidos. Finalmente, Przeworski fornece uma interpretação desses padrões e volta para a relação entre capitalismo e democracia. Esta interpretação baseia-se em um modelo, que está rapidamente esboçado no apêndice do capítulo.

Em um texto onde discute capitalismo e democracia em Bresser-Pereira, Cicero Araujo registra que a democracia como um determinado conjunto de instituições políticas pode ser objeto de reflexão sob dois ângulos teóricos. Primeiro, é possível investigar os valores morais e ideais coletivos que tais instituições cultivam, através da tradição de suas práticas, suas regras escritas e não-escritas, e os discursos de seus protagonistas. Investiga-se, sob esse ângulo, os argumentos que procuram dar sentido moral-normativo e justificar o valor da igualdade política, tanto quanto as críticas a esses argumentos; como esse valor se relaciona com outros, tais como as liberdades individuais ou o império da lei, se eles constituem um conjunto inseparável ou se são conflitantes entre si; e assim por diante. É um estudo de natureza eminentemente filosófica. Um segundo ângulo é o estudo das condições gerais de operação das instituições democráticas, cujo conjunto conforma um tipo de regime político (a democracia), suas propriedades e seus efeitos. Quanto à análise dessas condições gerais, ela pode envolver hipóteses – simplesmente intuitivas, ou baseadas em estudos empíricos e/ou históricos de regimes democráticos específicos – quanto aos vínculos necessários ou contingentes entre a democracia, um fenômeno político, e outros fenômenos sociais paralelos ou antecedentes. Essa análise envolve, certamente, construção conceitual e generalização; trata-se de teoria, mas de teoria explicativa e causal. Teorias como essas podem estender-se às propriedades e efeitos das instituições democráticas: por exemplo, se quisermos especular se a democracia, dadas as condições gerais de sua operação, tende a gerar ou reproduzir os valores e ideais que a justificam filosoficamente; ou então a produzir desvios ou até efeitos contrários aos esperados por essa justificação. Teoria filosófica e teoria causal não são reflexões fadadas a não dialogarem entre si. Pelo contrário, elas podem interagir num exercício de mútuo esclarecimento. Contudo, são modos distintos de encarar a teoria política. Cicero se detém numa das incursões de Bresser-Pereira

à teoria política. Seus comentários referem-se especificamente a um artigo ainda não publicado – “Por que a democracia se tornou o regime preferido apenas no século XX?” –, apresentado em 2002 no colóquio da Associação Brasileira de Ciência Política. Nesse artigo, Bresser-Pereira diz que o assunto é uma antiga obsessão, que remonta aos tempos em que se vivia e se discutia a transição brasileira para a democracia, as razões de sua emergência e possíveis desdobramentos. Ele transpira em conferências, trechos ou capítulos de livros e outros artigos. Infelizmente, não poderemos aqui fazer justiça a todo esse esforço. De qualquer modo, o artigo antes referido é uma tentativa de síntese, no qual são discutidas assunções não analisadas previamente. A discussão está centrada em questões típicas da teoria política em sentido causal-explicativo. Como um intelectual engajado na ação política, registra Araujo, Bresser-Pereira se preocupa, é claro, com as maneiras pelas quais os valores da democracia podem ser defendidos, e como suas instituições poderiam aprofundá-los, para o bem delas mesmas e pelas consequências positivas que trariam para outros aspectos da vida social, especialmente a economia e a administração pública. Essas idéias são apresentadas no quadro de uma visão progressiva da democracia, que partiria de um estágio inferior, chamada de “democracia de elites”, passando por um intermediário (“democracia de sociedade civil”), até uma etapa superior, idealizada (“democracia de povo”). À aposta no progresso da democracia corresponde uma aposta na expansão de diferentes tipos de direitos: civis, políticos, sociais, até emergentes “direitos republicanos”, pautados pela defesa dos bens públicos. Mas, para Cicero Araujo, essas idéias de Bresser são elaboradas de modo bastante solto e desprezioso, sem penetrar sistematicamente nos meandros da argumentação filosófica. Já a incursão pela teoria política causal apresenta-se com uma argumentação mais cerada, visando à literatura acadêmica.

Em um texto que tem como objetivo analisar as visões de socialismo de Norberto Bobbio e de Bresser-Pereira, **Paulo Vannuchi**, especialista em Bobbio, sobre o qual redigiu uma dissertação de mestrado, registra que em outubro de 1994, pouco antes de assumir o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado no primeiro mandato de Fernando Henrique

Cardoso, Bresser-Pereira ingressou no reduzido círculo de intelectuais brasileiros que tiveram a chance de manter contato pessoal e direto com Norberto Bobbio. Bresser colheu uma entrevista, publicada no caderno *Mais!* da *Folha de S. Paulo*, onde a faceta de jornalista do visitante brasileiro não conseguiu garantir o distanciamento crítico que os manuais de redação recomendam. Salta à vista, para Vannuchi, a admiração presente em cada pergunta, a ansiedade na busca de respostas que confirmem uma identidade de opiniões. Segundo Vannuchi, “deslizes de um fã confesso”. Na entrevista com Bobbio, a isenção jornalística sucumbiu ante a atração intelectual que Bresser reconheceu desde a primeira vez em que entrou em contato com o pensamento do mestre piemontês, ainda nos anos 1970. Mas Vannuchi destaca que Bresser obteve de Bobbio, nesse encontro, uma raríssima afirmação entre suas milhares de páginas, produzidas em quase 70 anos de consistente elaboração teórica, aceitando uma plena equivalência entre o social-liberalismo de sua busca obstinada e a socialdemocracia que Bresser postula como afiliação político-ideológica: “eu creio que a diferença não existe”. Entretanto, registra Vannuchi, no conjunto, a entrevista fluiu como um bate-papo repleto de afinidades. Depois de ouvir Bobbio declarar-se sincretista e apresentar-se como “intelectual mediador”, o visitante brasileiro se concentra em perguntas, estabelecendo nexos entre liberalismo e socialismo. Recebe a confirmação de que é possível um compromisso, não uma síntese, entre os dois campos teóricos que se digladiaram tão ferozmente ao longo de quase 200 anos. Não é fácil nem muito inteligente, como logo percebe Vannuchi, traçar um amplo paralelo entre trajetórias tão distintas como as de Bobbio e Bresser-Pereira. Um quarto de século os separa na idade, além do imenso oceano que afasta o Novo Mundo do Velho. A vastidão e a densidade da obra teórica do cientista político italiano fazem parecer covardia uma comparação com outros grandes nomes da universidade européia ou norte-americana. Seu engajamento direto na resistência italiana contra o nazi-fascismo, com tudo o que essa experiência e os meses de cárcere promoveram em sua forma de interpretar o mundo, não têm equivalente na biografia do economista brasileiro. No mesmo sentido de diferenciação, operam alguns predicados biográficos deste último, como a larga vivência empresarial e os

vários postos de comando político ocupados, sem correspondente no currículo de Bobbio. Como salienta Vannuchi, não seria exato falar em “discipulato”. Na diversificada produção intelectual de Bresser-Pereira, a frequência de citações do filósofo italiano não tipifica, nem de longe, uma condição de seguidor. Mas, assinala Vannuchi, existem pontos evidentes de contato e identidade, que consistem no empenho comum a ambos em promover algum diálogo, ou desbloqueio, entre noções que são angulares no socialismo e no liberalismo. O exercício da mediação intelectual e o sincretismo parecem estar entre esses muitos pontos de convergência.

Para Regina Pacheco, Bresser-Pereira é talvez um dos poucos intelectuais brasileiros que deu continuidade à nossa tradição de *intelligentsia*, mesmo quando esta entrou em crise a partir dos anos 1980, perdendo a capacidade de intervir na política. Pacheco destaca o compromisso sempre renovado de Bresser de formular propostas para o Brasil, em vários campos – economia, sociedade, instituições, democracia –, que o levou a desbravar uma área árida nos anos 1990: a reforma da gestão pública. Como ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-98), concebeu e debateu incansavelmente propostas para o fortalecimento do Estado brasileiro; os ecos de suas propostas, elaboradas para a administração pública federal, chegaram a vários setores, desde municípios brasileiros às mais especializadas esferas internacionais. Neste texto, Regina Pacheco aponta sua contribuição intelectual à reforma da gestão pública, buscando analisá-la criticamente. Não aborda sua atuação pública como estrategista da reforma, mas concentra o foco em suas idéias e concepções para a nova gestão pública. Para Regina Pacheco, uma das contribuições de Bresser-Pereira foi a de ter colocado em perspectiva as duas reformas do Estado no Brasil no século XX: a dos anos 1930 (Dasp) e a dos anos 1960 (Decreto-lei nº 200), além da análise inédita sobre os anos 1980 (Constituição de 1988). Com clareza e perspicácia, criou a periodização definitiva do tema. Até então, a literatura perdia-se em descrições formais excessivamente detalhadas e burocráticas, elencando as sucessivas legislações, sem conseguir extrair uma análise crítica, ou enveredava por visões demasiadamente generalizantes, em geral de

cunho ideológico, insistindo na simultaneidade entre reforma e governos autoritários. Destaca Regina Pacheco que Bresser, fiel ao método histórico-indutivo, organizou os fatos, relacionando-os a diagnósticos, atores e estratégias, e ofereceu-nos um panorama abrangente das tentativas de reforma empreendidas. A periodização estabelecida por Bresser-Pereira significa um marco para os estudos sobre a organização e o funcionamento do Estado brasileiro no século XX. Permite abordar em grandes linhas, numa visão compreensiva e abrangente, as orientações adotadas e os respectivos contextos históricos que lhes deram sustentação. Para Regina Pacheco, poucos autores teriam tido a coragem intelectual de quebrar a unanimidade em torno da “Constituição cidadã”; Bresser-Pereira a dissecou no capítulo da administração pública, mostrando como foi elaborada sobre um diagnóstico equivocado, levando a propostas extemporâneas. O diagnóstico estava apenas parcialmente correto – o retorno da democracia trouxe consigo o retorno de práticas clientelistas e fisiológicas. Entretanto, a conclusão dos constituintes (ou dos “técnicos-políticos” das assessorias partidárias e legislativa) foi equivocada – a de que, em face do retorno do clientelismo, o país necessitava de mais burocracia. O erro do diagnóstico consistiu em ignorar a grave crise por que passava o Estado brasileiro e, mais especificamente, ignorar o esgotamento do padrão intervencionista do Estado, que havia sustentado o crescimento do país nas cinco décadas anteriores. Assim, “a burocracia do Estado, que tivera um papel dominante no regime militar, deveria ter perdido prestígio e influência, mas não foi isso que ocorreu”. Além de contextualizar as propostas da Constituinte, Bresser-Pereira inovou no diagnóstico: o setor público brasileiro não sofria apenas das práticas clientelistas e patrimonialistas, mas também de excessiva burocratização. Com esse diagnóstico, Bresser captou um anseio, talvez ainda implícito naquele momento, da sociedade brasileira: o de que a sociedade espera do Estado não apenas probidade, mas também resultados efetivos de sua ação. Em face de tal anseio, o enrijecimento burocrático deveria ser substituído por uma forte orientação para resultados, eficiência e qualidade dos serviços e políticas públicas. Para Regina Pacheco, Bresser-Pereira é o intelectual e o homem público responsável por elevar o tema da gestão à agenda das

políticas públicas. Antes dele, gestão pública era um capítulo da administração. Com ele, gestão pública dialoga com ciência política, economia, filosofia do direito, ética. Sua análise é histórica e de alcance universal. Combina capacidade analítica com guias claros para a ação, caracterizando-o como estrategista da gestão pública.

Registra **Nuria Cunill Grau** em seu texto que a noção de “público não-estatal”, embora não seja originalmente de Bresser-Pereira, encontrou nele um “pai” que a impulsionou à vida na América Latina e lhe conferiu ricos conteúdos. Segundo Nuria, ela é, provavelmente, a melhor e mais acabada expressão do compromisso de Bresser-Pereira com a democracia. Por sua vez, a noção de “público não-estatal”, tal como proposta por Bresser-Pereira, é também uma expressão dos custos que pode ter a coragem em seu impulso para destruir inércias. A coragem, e a conseguinte audácia, têm ajudado no nascimento de algumas das melhores idéias, sobretudo quando por trás delas existe um compromisso profundo com a democracia e com o desenvolvimento humano. Para Nuria, Bresser-Pereira tem este compromisso e a ele devemos tantas boas idéias que conseguiram destruir inércias, tanto no pensamento quanto na ação, nos últimos 20 anos na América Latina. Às vezes, naturalmente, o custo tem sido o erro, mas esta talvez seja a fonte mais importante de aprendizado social. Para ilustrar ambos os movimentos, tenta em seu texto, de um lado, fazer uma revisão, embora não exaustiva, das contribuições de Bresser-Pereira para a elaboração da teoria do público não-estatal e, de outro, apontar alguns dos limites desta noção.

**Marcio Moreira Alves** dá um depoimento de amigo e de repórter. Ao voltar ao Brasil, tenta recomeçar sua vida política no ponto em que a deixara, como deputado federal pelo antigo estado da Guanabara. Candidata-se a deputado federal pelo PMDB, em 1982, e se vê derrotado. A primeira pessoa que lhe dá a mão é Bresser, amigo então recente mas senhor de generosidade e desprovido de qualquer preconceito. Não só lhe oferece um lugar de seu assessor na presidência do Banespa, que assumiu logo no início do governo Montoro, como o aloja provisoriamente no térreo de sua casa no Morumbi, junto às estantes de sua ordenada biblioteca. Registra ainda Moreira Alves: “no Banespa, na primeira reunião de diretoria, Luiz Carlos deu a dimensão

de seu conceito de serviço público. Disse: ‘Governo tem uma coisa boa – data para acabar. Nós temos a obrigação de, daqui a quatro anos, entregarmos a nossos sucessores um banco melhor que o que estamos recebendo’”. Para Moreira Alves, Bresser sofre do mesmo defeito político de Darcy Ribeiro: pensa depressa demais e não sabe esperar a maturação das condições políticas para que suas idéias possam ser postas em prática. “Não garanto que Luiz Carlos tenha 10 idéias por dia, mas 10 por semana deve ter. Coloca-as todas no computador, trabalha a que mais apropriada lhe parece para a conjuntura e publica-a num dos dois grandes jornais de São Paulo. E ainda lhe sobra tempo para escrever ensaios, dar cursos e participar de reuniões internacionais, em busca de uma terceira via política entre o capitalismo selvagem e o socialismo real. Essa intensa atividade intelectual fez de Luiz Carlos Bresser-Pereira o cientista político mais traduzido de sua geração, geração que também inclui o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.”

Evelyn Levy trata do “Mestre” Bresser. Do modo pelo qual ele tem “construído pessoas”, ou colaborado nesse propósito. Atividade à qual se tem dedicado há mais de quatro décadas ininterruptas, principalmente na Escola de Administração de Empresas de São Paulo/FGV, mas também na USP, ou em Paris, na École des Hautes Études em Sciences Sociales. Levy destaca que mais de 5 mil pessoas passaram por suas aulas. Bresser orientou 35 teses já defendidas, sem contar as inúmeras bancas das quais tem participado e as dissertações de estudantes brasileiros e estrangeiros, a que, de algum modo, deu sua colaboração. Bresser, como professor, cumpriu um papel que foi muito maior do que se espera. A muitos de seus alunos ele incentivou a superação de limites, que cada um deles julgava ter, fazendo-os realizar conquistas muito além do ponto em que seus sonhos se projetavam. Registra ainda Evelyn Levy a postura radicalmente democrática e aberta de Bresser, a todas as correntes de pensamento, que permite que a busca de conhecimento de seus alunos tenha o caráter universal que a ciência exige. A permanente provocação dentro da sala de aula, atizando a audácia e a criatividade, atualiza a maiêutica socrática. Em contrapartida, pacientemente recebe as críticas e dissensos que esses jovens lhe colocam no caminho.

Assim os faz crescer, transferindo-lhes parte da responsabilidade da construção do conhecimento, reconhecendo-lhes sua contribuição. Estabelece, pois, uma troca constante, em que aponta para múltiplos caminhos, por vezes ainda pouco nítidos ou completamente esboçados, e se deixa desafiar, escutando argumentos sobre aspectos não inteiramente examinados. A riqueza da experiência não se restringe a esse diálogo entre professor e alunos, pois com frequência o Mestre vai incluindo novos subsídios de outros intelectuais que participam pessoalmente dessa busca. Não há lugar para acomodamento: a procura do melhor padrão, do padrão internacionalmente reconhecido, é uma constante. Não necessariamente o *mainstream*, mas a qualidade intelectual reconhecida. Sua curiosidade contagiante e polivalente incita os que com ele convivem. “Todos têm, ou já tiveram, espaço em sua agenda. A curiosidade se estende para o novo no mundo, uma espécie de encantamento com as coisas, idéias, mas, sobretudo, com as pessoas. Os alunos sentem o prazer que lhe provoca sua convivência. O Mestre vai assim educando pelo exemplo e pelo que enxerga de potencial em seus discípulos, ‘inventando’ para eles possibilidades que eles não são ou foram capazes de ousar.” Registra Evelyn que, entre os alunos que procurou, nenhum deixou de se referir a sua imensa generosidade: dando de seu tempo, preocupando-se com os lados profissional e pessoal, abrindo portas, estimulando o crescimento e a auto-estima. Todos aqueles que desejaram desenvolver-se sempre encontraram nele o interesse e o apoio. Essa talvez seja a fascinante combinação que Bresser propicia a seus alunos: a de transitar pelo que é grande, exige profunda reflexão e responsabilidade, para em seguida perceber que se chega a esse lugar passando pelo que é ordinário e exige meticulosa disciplina.